

INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR

ESCOLA SUPERIOR DE GESTÃO DE TOMAR

ART.
2-5

CURSO	Mestrado em Auditoria e Análise Financeira	ANO LECTIVO	2012-2013
--------------	---	--------------------	-----------

FICHA DA UNIDADE CURRICULAR

Unidade Curricular	Contabilidade e Auditoria do Setor Público		
Área Científica	Contabilidades		
Classificação Curricular	Optativa	Ano / Semestre	1º/2º

Créditos ECTS	Horas de trabalho do aluno	Carga horária das sessões de ensino	
		Natureza Colectiva (NC)	Orientação Tutorial (OT)
5	135	TP: 41	


DOCENTES		CATEGORIA
Responsável	Jorge Manuel Marques Simões	Professor Adjunto
Teóricas		
Teórico-Práticas	Alfredo Jaime Azevedo Martins	Professor Adjunto Convidado
Práticas		
Prático-Laboratorial		

OBJECTIVOS

Compreensão da actividade do Setor Público e o seu enquadramento legal e contabilístico.
Compreensão das principais operações de relevação contabilística no Setor Público (Contabilidade Orçamental e Contabilidade Patrimonial) determinados no POCP.
Compreensão das principais diferenças entre planos contabilísticos sectoriais e o POCP.
Capacidade para elaborar e interpretar os principais mapas de prestação de contas.
Compreender os diversos tipos de auditoria, controlo às Instituições Publicas e riscos específicos, e o seu enquadramento legal e normativo.

PROGRAMA PREVISTO

1. A Administração Financeira do Estado
 - 1.1 A Estrutura do Setor Público
 - 1.2 A reforma da Contabilidade Pública
2. A Normalização da Contabilidade Pública
 - 2.1 O POCP
 - 2.2 Os órgãos normalizadores nacionais
 - 2.3 Normalização contabilística internacional aplicável ao Setor Público
3. O Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP)
 - 3.1 Introdução ao POCP

- 
- 3.2 Contabilidade Orçamental
 - 3.3 Contabilidade Patrimonial
 4. A Prestação de contas
 - 4.1 Os utilizadores da informação financeira
 - 4.2 A ótica orçamental
 - 4.3 A ótica patrimonial
 5. Os Planos Setoriais
 - 5.1 O Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL)
 - 5.2 O Plano Oficial de Contabilidade do Setor da Educação (POC – Educação)
 - 5.3 O Plano Oficial de Contabilidade das Instituições do Sistema de Solidariedade e da Segurança Social (POCISSSS)
 - 5.4 O Plano Oficial de Contabilidade do Ministério da Saúde (POCMS)
 6. A auditoria do Setor Público
 - 6.1 Conceitos de auditoria
 - 6.2 Tipos de auditoria no Setor Público
 - 6.3 Organismos e normas de auditoria do Setor Público
 - 6.4 Principais factores de risco
 - 6.5 Auditoria e controlo das autarquias
 - 6.6 Auditoria da legalidade/cumprimento
 - 6.7 Auditoria de resultados
 - 6.8 A certificação em auditoria pública

BIBLIOGRAFIA

CAIADO, António C. Pires; PINTO, Ana Calado (2002) “Manual do Plano Oficial de Contabilidade Pública”, Áreas Editora, Lisboa

CAIADO, António C. Pires; CARVALHO, João Baptista da Costa; SILVEIRA, Olga Cristina Pacheco (2007) “Contabilidade Pública – Casos práticos”, Áreas Editora, Lisboa

CARVALHO, João Baptista da Costa; ALVES, Jorge M. Afonso (2006) “Cadastramento e Inventário dos bens do estado, CIBE Comentado”, Publisher Team, Lisboa

SANTOS, J. Albano (2012) “Finanças Públicas”, INA Editora

PINTO, Ana Calado; SANTOS, Paula Gomes dos; MELO, Tiago Joanez de (2013) “Gestão Orçamental e Contabilidade Pública”, ATF – Edições Técnicas

Normas profissionais de contabilidade e de auditoria:

- Normas e directrizes nacionais de auditoria e normas internacionais de auditoria para o Sector Público
- Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público (Manual do ROC)

Legislação:

- Planos de Contas:
 - DL 232/97, de 3 de setembro (POCP)
 - DL 54-A/99, de 22 de fevereiro (POCAL)
 - Portaria 794/2000, de 20 de setembro (POC-Educação)
 - Portaria 898/2000, de 28 de setembro (POCMS)
 - DL 12/2002, de 25 de janeiro (POCISSSS)
- DL 26/2002, de 14 de fevereiro (classificador económico das receitas e das despesas públicas)
- Lei 8/90, de 20 de fevereiro (Lei de Bases da Contabilidade Pública)
- Lei 91/2001, de 20 de agosto e posteriores alterações (Lei do Enquadramento Orçamental)
- DL 155/92, de 28 de julho e posteriores alterações (regime de administração financeira do Estado)
- Portaria 671/2000, de 17 de abril (CIBE)

- DL 166/98 (SCI)
- DR 27/99 (SCI)
- Lei 98/97 e suas actualizações
- DL 171/94 (classificador funcional)
- DL 280/2007 (bens de domínio público)
- DL 477/80 (bens de domínio público)

WEBGRAFIA

www.oroc.pt
 www.ipai.pt
 www.ifac.org
 www.intosai.org
 //global.theiia.org
 www.tc.pt
 www.cnc.min-financas.pt

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Avaliação Contínua	Trabalho de grupo (40%) e prova escrita individual (60%). A prova escrita individual com nota mínima de 7 valores (de 0 a 20).
Avaliação Periódica	Trabalho de grupo (40%) e Exame escrita individual (60%). O exame escrito individual com nota mínima de 7 valores (de 0 a 20). O aluno pode optar por não considerar a nota no trabalho de grupo, e nesta situação o exame escrito individual corresponde a 100% da nota.
Avaliação Final	Trabalho de grupo (40%) e Exame escrita individual (60%). O exame escrito individual com nota mínima de 7 valores (de 0 a 20). O aluno pode optar por não considerar a nota no trabalho de grupo, e nesta situação o exame escrito individual corresponde a 100% da nota.

OBSERVAÇÕES

HORÁRIO DE ORIENTAÇÃO TUTORIAL

Dia	Horário	Local
-----	---------	-------

Alfredo Gomes Aguiar Santos

